

RELAÇÕES E SITUAÇÕES DURANTE A IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA SALTO CAXIAS (PARANÁ, 1990-2001) *

*Cezar Karpinski***

Resumo. Este artigo procura historiar algumas relações sociais constituídas durante a implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias, um empreendimento da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), inaugurada no dia 26 de março de 1999, cujo reservatório - de 131km² - atingiu nove municípios localizados entre as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. O estudo versa sobre as práticas e os discursos nutridos por relações de poder que se deram no intuito de construir subjetividades. Utilizaram-se como fontes entrevistas orais, atas e alguns dados contidos no estudo de impacto ambiental referentes à hidrelétrica em questão.

Palavras-chave: hidrelétricas; memória; relações de poder; subjetividades.

RELATIONS AND SITUATIONS DURING THE CONSTRUCTION OF THE SALTO CAXIAS HYDROELECTRIC PLANT (PARANÁ, 1990-2001)

Abstract. This article seeks to chronicle some social relations constituted during the construction of the Salto Caxias Hydroelectric Plant, an undertaking by the Companhia Paranaense de Energia (COPEL) inaugurated on March 26 1999, and whose 31 km² reservoir affected nine municipalities between the west and southwest regions of Paraná. It is a study on the practices and discourses nourished by power relations that took place with the objective of creating subjectivities. The sources used were oral interviews, minutes and data contained in the environmental impact study regarding the hydroelectric plant in question.

Keywords: hydroelectric plants; memory; power relations; subjectivities.

* Artigo recebido em 18 de março de 2009 e aprovado em 25 de junho de 2009.

** Bacharel em Filosofia pela UNIOESTE/C. de Toledo-Pr, mestre e doutorando em História pela UFSC. Email: cezark@hotmail.com

RELACIONES Y SITUACIONES DURANTE LA IMPLANTACIÓN DE LA USINA HIDROELÉCTRICA SALTO CAXIAS (PARANÁ, 1990-2001)

Resumen. Este artículo trata de registrar algunas relaciones sociales constituidas durante la implantación de la Usina Hidroeléctrica Salto Caxias (emprendimiento de la Compañía Paranaense de Energía – COPEL), inaugurada el 26/03/1999, cuya represa de 131 km. cuadrados afectó a nueve municipios ubicados entre las regiones oeste y sureste del Estado de Paraná. Éste es un trabajo sobre las prácticas y los discursos nutridos por relaciones de poder que se dieron con la intención de construir subjetividades. Para ello, fueron utilizados entrevistas orales, actas y algunos datos contenidos en el Estudio de Impacto Ambiental, relacionados a la hidroeléctrica, como fuentes de esta investigación.

Palabras Clave: Hidroeléctrica; memoria; relaciones de poder; subjetividades.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste artigo, elaborado a partir de um dos capítulos de nossa dissertação de mestrado (KARPINSKI, 2007), procuramos discutir a constituição de subjetividades durante a implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) Salto Caxias, a última empreendida sobre o Rio Iguazu, entre os municípios de Capitão Leônidas Marques e Nova Prata do Iguazu. A obra foi construída pela Companhia Paranaense de Energia (entre 1993 a 1999, com um discurso que lhe atribuiu alta tecnologia e obediência às normas da legislação ambiental brasileira. Neste sentido, as tramas entre os discursos e as práticas nos forneceram elementos instigantes para uma narrativa sobre a pluralidade de relações e situações que constituíram os vários sujeitos desta história.

Durante o processo de implantação desta UHE a noção de “organização popular” norteou vários momentos de embates na luta por interesses múltiplos, o que, conseqüentemente, fez emergir uma série de “instituições”. Da parte da população que seria afetada pelo empreendimento encontramos a Comissão dos Prefeitos dos Municípios Atingidos por Salto Caxias (COSACA), a Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens do Rio Iguazu (CRABI), o Movimento dos Atingidos pela Barragem Elétrica de Salto Caxias (MABESC) e a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Vista da Aparecida. Da parte da Copel, nasceu o chamado Grupo de Estudos Multidisciplinares

da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias (GEM-CX), que buscou agregar as diversas organizações portadoras de representatividade populacional. Esta instituição emergiu num momento de extremo conflito entre a população e a COPEL, e nas assembleias organizadas por este Grupo é que foram tomadas as decisões sobre os programas de amenização dos impactos ambientais, entre eles as indenizações.

Desta forma, percebemos a diversidade de possibilidades que se apresentaram durante o processo de negociação. Entre os anos de 1993 e 1997 se acentuaram os discursos, e os conflitos se manifestaram em diversas práticas, que vão do acampamento e embargo da obra por parte dos atingidos até a utilização da força policial para defender o "patrimônio" da UHE por parte da Copel. Entretanto, relações foram se gerando no interior destes acontecimentos, fazendo com que surgissem lideranças e se estabelecessem objetivos distintos, principalmente no tocante à melhor forma de indenização. É na história destas relações que se pauta o presente artigo.

ORGANIZAÇÃO EM MOVIMENTO

Isso há muitos anos atrás, uns 30 anos, quando eu era proprietário de um alqueire e meio de terra, lá onde que saiu a barragem... Já estavam fazendo perfuração naquelas lajes e entrevistas com o povo sobre a barragem do Salto Caxias. Só que ninguém acreditava (LIBERA, 1999).

A narrativa de Severino, morador da localidade de Santa Geneveva, situada no município de Três Barras do Paraná, nos possibilita perceber as representações de temporalidades distintas referentes ao início da obra e à vida cotidiana da população. A presença de técnicos realizando a "perfuração naquelas lajes" e entrevistando o povo já era uma realidade vivida desde muito tempo pelos habitantes daquela região tão próxima ao Rio Iguaçu, mas o povo não acreditava que seria possível e, neste necessário "desacreditar", continuaram com suas atividades naquelas terras. Ao pensar que tudo não passava de suposições, esses ribeirinhos puderam construir e estabelecer vínculos com aquele território, com aquele rio, com aqueles espaços.

Como as águas do rio, a vida destes moradores seguia seu curso, mas com o passar do tempo aquilo que era apenas motivo de suposições se torna preocupação na região de Salto Caxias. A notícia da construção

da Hidrelétrica chegou às cidades pelas rádios, pelos fazendeiros, pelos sindicatos, mas foi difícil de acreditar. Nesse momento, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais se tornou o espaço de divulgação, pois, na região essa organização era a que mais agregava o pessoal do campo. Foi nestas relações entre os líderes de sindicatos e agricultores que se iniciaram as discussões em torno da necessidade de se organizar, embora a população não quisesse acreditar no que poderia acontecer, na esperança de que tudo não passasse de um alarme falso. Novamente, Severino relata a dificuldade de fazer “o povo entender” que era verdade:

Fomos organizar o povo, só que ninguém acreditava. Eu cansei de ir a pé dali de onde morava pro lado de cá do Rio Iguazu, ir em Nova Prata, sair de manhã cedo e de ficar na reunião nossa e de tarde voltar a pé também porque não tinha com que ir, no sol. Chegava na comunidade aqui de Santo Isidoro, da fazendinha também, enfim todas as comunidades convidando o povo pra reunião, pra se organizar através do Sindicato. (...). Eu fazia quilômetros a pé. Levava cadastro pra cadastrar a comunidade e eles não iam, não acreditavam, e fui indo, uma vez, duas vezes, e nós reunião e reunião. Daí eu tinha que ir a Curitiba, no seminário em Chapecó (...). Isso aí era só sobre a barragem, o que aconteceu nas outras barragens, o que poderia acontecer nesta (LIBERA, 1999).

Essa missão de “organizar o povo” foi delegada a Severino pelos presidentes dos sindicatos dos trabalhadores rurais das cidades de Nova Prata do Iguazu e Realeza. O temor era que acontecesse com o pessoal de Salto Caxias a mesma coisa que havia acontecido com os desapropriados da hidrelétrica de Itaipu. A construção desta usina fez emergir na região do Oeste do Paraná um “pavor” relacionado às hidrelétricas, pois os moradores das terras próximas ao rio Paraná tiveram suas propriedades compradas pelo governo a preços muito baixos, o que impossibilitou sua permanência no campo.

A “missão” de levar a notícia da construção da hidrelétrica foi recebida paradoxalmente entre os habitantes da região. Muitos se negaram a acreditar e achavam que esses líderes estavam se aproveitando da situação para lucrar algo. Outros se preocupavam, demonstravam interesse e outros ainda queriam esperar mais algum tempo. Esses acontecimentos constituem um momento de reconhecimento e de identidade com o evento, afinal, se a notícia se concretizasse todos seriam prejudicados, todos teriam que se mudar de suas propriedades. Neste

contexto, iniciaram-se na região as relações de pertencimento a uma categoria até então desconhecida pelos moradores, a de “atingidos por barragens”.

Essa difusão de notícias desencontradas e extraoficiais foi motivo de muitas angústias e sofrimentos na população local. Nestas dúvidas constantes se impunha um discurso: o da necessidade de se organizar para saber o que estava acontecendo. As notícias do que acontecera com outros moradores expropriados por hidrelétricas na região chegavam constantemente aos ouvidos dos moradores através de visitas direcionadas do pessoal da Comissão Pastoral da Terra (CPT), nos sermões dos padres nas missas das capelas, nas falas dos sindicalistas ao voltar das reuniões que participavam em outras cidades, mas ainda não se sabia ao certo o que fazer ou como agir. A fala de Margaret Maran Nunes nos possibilita compreender um pouco o que estava acontecendo naqueles primeiros momentos:

No início a gente não tinha nada mais elaborado. Era uma questão muito nossa mesmo, própria da comunidade, que fazia sua reflexão em torno de um problema. Tinha o pessoal que se preocupava, “não, mas a minha mãe tá enterrada no cemitério aqui”, “meu Deus eu plantei árvore, eu cheguei aqui, nunca sai desse lugar, eu nasci aqui, já estou com 30 anos e nunca sai.” Então tinha esse tipo de preocupação mesmo. Na comunidade, naquele momento, discutia-se isso, mas também tinha a preocupação de que a gente precisava se organizar nas outras comunidades pra poder enfrentar. Agora, nesse enfrentamento, nossa organização era divergente. Por quê? Porque a maioria das famílias atingidas que moravam naquela região era de posseiros, pessoal que sofreu muito na época da ocupação, apanhou naquela época. “Mas não, brigar de novo com o governo, será que a gente vai conseguir vencer, não adianta brigar com o governo, isso aí não adianta é ilusão da nossa parte”. Mas tinha outros que diziam assim: “mas agora nós já estamos num outro período, nós podemos enfrentar o governo, não é possível que a gente não vá enfrentar, nós não vamos estar sozinhos”. Então, eram bem divergentes as discussões e as preocupações que tinham (NUNES, 2000).

Esse relato nos traz vários perfis referentes ao entendimento da população que habitava os arredores do rio Iguaçu quanto à postura que deveriam adotar em relação ao Governo. Além disto, esta narrativa nos mostra a incerteza política de alguns setores e a convicção de outros

quanto à necessidade de estabelecer o enfrentamento na defesa da cultura do local. O espaço delimitado para a construção da usina representava muito mais do que algumas propriedades rurais. Nesta fala percebemos a emergência de uma cultura pautada nas relações com um espaço historicamente constituído, fala de uma identidade de quem nunca morou noutro local. Note-se que no discurso de Margaret os atores sociais não falavam de lavouras, de pastagens ou de bens materiais mensuráveis. Essas pessoas falavam de um ambiente que representava sua própria história de vida, um local onde plantaram árvores, onde nasceram e enterraram seus mortos. São narrativas que nos mostram que além do material estavam as relações sociais com aquele espaço, as quais aparecem com uma força maior até mesmo que a necessidade de se organizarem.

Esses diálogos iniciais foram gerando na população o sentimento de que precisavam fazer alguma coisa, não podiam esperar. As relações com o espaço físico, com as memórias, com os acontecimentos que os identificavam com aquele território, com as pessoas que estavam trazendo as histórias de outras tantas famílias expropriadas por causa das hidrelétricas foram se enraizando no cotidiano os moradores da região de Salto Caxias. Estas exterioridades, aliadas às interioridades de cada morador, eram partilhadas nos locais onde se encontravam para prostrar. Essas relações, tensões e conflitos foram constituindo os sujeitos que passaram a se denominar “atingidos” pela UHE Salto Caxias.

As notícias da construção da barragem, aliadas às constantes evidências de que a hidrelétrica seria uma realidade, de certa forma causaram mudanças nas formas de pensar e agir dessa população. A movimentação dos sindicatos, as visitas do pessoal da CPT e os diversos interesses particulares destas pessoas foram se entrelaçando no viver das famílias e das comunidades próximas a Salto Caxias. Muitos “deixaram pra lá”, pois não podemos pensar que todas as famílias resolveram se organizar em torno de um objetivo comum, mas a maioria decidiu ouvir os chamados às reuniões, que aconteciam quase sempre nas capelas, e ali a CPT passou a ter um papel crucial. A partir destes diálogos com a CPT os moradores perceberam que não seriam os primeiros a desafiar o Governo, que outras populações já estavam se mobilizando e que havia, inclusive, um movimento social somente contra as barragens – o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Daí as coisas convergiram significativamente para a formação da CRABI, como afirma o próprio informativo da CPT:

Oficialmente a CRABI foi criada em 1990, com a assinatura do primeiro documento de intenção da entidade, devido à necessidade dos agricultores se organizarem contra a construção da Barragem de Salto Caxias, no Rio Iguaçu, que atinge 52 comunidades e cerca de 2 mil famílias na região Oeste e Sudoeste do Paraná. Em 1993, com a assessoria constante da CPT, os atingidos ocuparam o canteiro de obras da Barragem e iniciaram um processo de negociação que resultou no primeiro acordo – concessionária x atingidos – considerado histórico no Brasil, garantindo o reassentamento, a elaboração de RIMA e PBA. Através desta luta 600 famílias foram reassentadas, 2 mil indenizadas, 60 reorganizadas em remanescentes e outras receberam cartas de crédito (CPT, 2006).

Não tivemos acesso a esse documento citado pela CPT neste informativo, mas os relatos apontam para uma reunião ocorrida na cidade de Boa Vista da Aparecida, onde se firmou, através de um texto assinado por todos os participantes, a necessidade de se criar um movimento próprio das barragens do rio Iguaçu. O que nos importa, porém, na análise destas fontes, é a compreensão de que foi a CPT quem agiu diretamente na formação da CRABI entre os anos de 1990 e 1991. Até então as discussões se davam no intuito de tomar consciência da situação e saber o que a usina acarretaria àqueles atingidos. A partir da fundação “oficial” da CRABI, os objetivos passaram a ser executivos, pois foi no âmbito da ação que conseguiram certa visibilidade diante da COPEL e de outros segmentos da sociedade. Com a criação da CRABI as dicotomias e ambiguidades se acentuaram na região, pois o movimento não teve a adesão de todos os atingidos e não foi vivido homoganeamente dentro do próprio movimento, pois, como já afirmou Schreiner (2002, p.280), neste processo de construção de resistência à implantação da UHE Salto Caxias houve percepções diversificadas e conflitantes.

De qualquer forma, entendemos que a criação da CRABI desencadeou um momento de debate sobre a construção da usina na região. As divergências de pensamento entre os moradores e as diferenças dentro do próprio quadro que delimitava os atingidos fizeram com que as interpretações sobre aquele momento se divergissem. As diferentes formas de interpretar os impactos que a usina causaria à população fizeram emergir uma multiplicidade de conflitos em torno dos interesses que se constituíam diante da construção da barragem.

Na mesma época em que se organizava a CRABI, uma comissão formada por prefeitos e vereadores já vinha discutindo com a Copel as formas de amenização dos impactos. Essa comissão, de caráter político, denominou-se COSACA, e, como era formada pelos representantes políticos dos municípios atingidos pela barragem de Salto Caxias, legitimava-se a pleitear os possíveis acordos junto à Copel. Só que esses “acordos” não eram divulgados e a população passou a desconfiar dessa comissão, pois pouco se falava sobre o tratamento que seria dispensado aos atingidos. Pelos relatos, percebe-se que os interesses dos órgãos públicos municipais estavam mais voltados às compensações futuras advindas com a instalação da usina, como *royalties* e o imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS), do que com as indenizações daqueles que teriam que deixar suas terras devido ao alagamento. Neste sentido, as relações divergentes se acentuaram durante esses primeiros anos de negociações em Salto Caxias.

Segundo Domingos Antonio Signorini, na época presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Vista da Aparecida, o surgimento da CRABI desencadeou uma série de conflitos entre os atingidos. De um lado estava a CRABI como defensora dos direitos dos diretamente atingidos, do outro estavam a Prefeitura e os comerciantes “iludidos” com a possibilidade de lucrar com os investimentos que a usina proporcionaria às cidades. Neste sentido sua fala é muito significativa: “a Prefeitura e o comércio não apoiaram a CRABI no interesse de pegar dinheiro com o governo, achavam que nós tava contra o progresso” (SIGNORINI, 2001).

O coordenador da CRABI, José Uliano Camilo, também confirma essa crise com os órgãos públicos e com os comerciantes. Segundo ele, os interesses destes setores legitimavam ainda mais a criação e a permanência da CRABI, pois estavam mais ligados ao discurso da Copel do que ao dos próprios atingidos que queriam representar. Segundo ele,

A CRABI até tentou abrir os olhos do comércio e da população sobre o que aconteceria com a implantação da usina. O comércio só pensou na ganância, a prefeitura pensou nas compensações, nos *royalties*, as imobiliárias então...quanto lucravam....essas imobiliárias são o câncer dos atingidos. O comércio não apoiou, uns 90% eram contra a CRABI (CAMILO, 2001).

Já os comerciantes e os políticos acreditavam que a usina traria progresso aos municípios e que a CRABI não deveria ser contra sua instalação. Com as indenizações todos sairiam lucrando, com o reservatório poderiam construir praias artificiais como atrativos turísticos, o que geraria renda para as cidades. De certa forma, estes setores da sociedade estavam reproduzindo discursos do órgão empreendedor e, como veremos adiante, depois do término das construções se sentiram enganados pela Copel.

Não obstante, o que importa neste momento é pensar as consequências destes embates na construção das subjetividades dos moradores de Salto Caxias. Poderíamos dizer que na época da implantação da UHE Salto Caxias vários sujeitos se constituíram diante dos mesmos discursos. Esses discursos estavam pautados na inevitabilidade da construção da barragem e nos benefícios e prejuízos que esta traria à região. Diante destas possibilidades e dos múltiplos interesses que se chocavam nesse mesmo espaço e tempo, tais discursos foram construindo subjetividades. Alguns se juntaram ao movimento social buscando ações coletivas que tinham em vista os interesses do movimento, outros não aceitavam essa identidade que a CRABI queria construir e optaram por outras formas de discussão junto à Copel. Essa multiplicidade de objetivos e de relações que se desencadearam na região de Salto Caxias possibilitou a emergência do que Foucault (1994) chamou de subjetivação, pois os discursos da Copel, da CPT, dos sindicatos e da CRABI passaram a fazer parte do dia a dia dos moradores de Salto Caxias. Cada discurso estava permeado por interesses múltiplos ligados a cada instituição em particular e procurava ditar o “certo” e o “errado”. Essa inserção de tantas possibilidades fez emergirem diversas relações de poder pautadas em discursos que visavam constituir/construir subjetividades.

Eram muitos discursos ao mesmo tempo, muitas possibilidades, além da necessidade de tomar um partido, de ficar de um lado ou de outro, ou dos dois. Não se sabia ainda nesses primeiros anos de discussões qual seria a realidade ou o que os esperava no futuro. A única certeza era a de que, com a movimentação da Copel e dos inúmeros maquinários que viam passar pelas cidades, a usina sairia do papel e o rio inundaria o chão onde muitos habitavam. Nesse momento as representações e significados daquele território deram lugar a uma batalha em que nem todos os atingidos lutaram do mesmo lado. Nesses momentos de impasse, as estratégias e as lutas podem convergir para a

resistência, pois, segundo Foucault, “onde há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência” (2005, p.241).

O descaso da Copel para com as reivindicações dos atingidos fez a CRABI tomar iniciativas diretas contra o empreendimento. Os relatos dão conta de que, mesmo com as discussões, a empresa só se preocupava em construir a barragem o mais rápido possível, o que levaria a ocorrer a mesma coisa de sempre: depois de construída ninguém mais poderia reclamar, todos tinham que aceitar a realidade e ir embora. Essa intenção foi visualizada pelos atingidos quando os funcionários da empresa demarcaram os locais para o início da construção da barragem e os limites do reservatório dentro das propriedades dos atingidos. Os chamados “piquetes” de madeira davam a entender que brevemente as máquinas estariam represando o rio e depois disso seria tarde demais para lutar pelos seus direitos.

Sendo assim, no dia 12 de abril de 1993 os atingidos começaram a arrancar os piquetes de madeira e a atear-lhes fogo. Desse dia em diante os ânimos se acirraram e os conflitos se instalaram definitivamente. Segundo Severino Della Libera, esse dia se tornou um marco na luta dos atingidos contra a Copel.

Quando ficamos sabendo eles já tinham piqueteado tudo, que era pra não ter que negociar com nós, e ainda fomos, nos organizamos dentro de duas horas. Fomos lá, mais de duas mil e poucas pessoas, caminhonadas e caminhonadas. Arrancamos todos aqueles piquetes e metemos fogo (LIBERA, 1999).

Esse dia, lembrado como “O dia do fogo”¹, além de ter sido um momento de embate contra o Governo por parte dos membros da CRABI, foi também um ato muito criticado por outros setores da sociedade, tais como os representantes políticos e os comerciantes. Isso mostra que os embates foram paradoxalmente vividos nos municípios que seriam atingidos por Salto Caxias, servindo para mostrar a pluralidade de questões que surgiram nestes territórios.

As lutas travadas no interior de grupos que aparentemente deveriam ter objetivos comuns descaracterizam as linearidades e homogeneidades que muitas vezes a escrita ou os discursos cristalizam. Dentro dos próprios grupos contrários sempre ocorrem situações divergentes. Neste sentido, acreditamos que nem todos os comerciantes

¹ Para mais informações sobre o “Dia do Fogo”, ver Schreiner (2002).

eram contra a CRABI e nem todos os que participaram do “Dia do fogo” eram unânimes nas lutas contra o empreendimento. Pelo contrário, é nestes momentos que alguns fatos vão se tornando cruciais na adesão ou não a um grupo ou a uma luta.

De qualquer forma, nesse primeiro semestre de 1993 houve muitos conflitos às margens do rio Iguaçu. As ações da CRABI estavam extrapolando os limites que o empreendimento necessitava para se concretizar, principalmente quando, no dia 12 de agosto de 1993, alguns de seus membros ocuparam o canteiro de obras, onde ficaram acampados durante dias, reivindicando junto à Copel a discussão do problema das indenizações, para depois se decidir sobre a construção ou não da barragem.²

A partir desta resistência os representantes da Copel começaram a perceber a necessidade de dialogar, reagrupar-se e trazer para o debate alguns setores que antes não eram priorizados. Diante das ocorrências de insurreição contra o empreendimento, começaram os estudos sobre qual seria a melhor maneira de resolver os impasses que continuavam. Se, por um lado, a CRABI chamava a si as ações contrárias ao empreendimento, do outro lado a Copel percebeu que nem todos os atingidos pensavam e agiam de acordo com as decisões tomadas pelo movimento. Essa divergência entre os vários segmentos da sociedade possibilitou à Copel estabelecer mecanismos que fizessem dela um ponto de convergência, e não de embates. Foi então que entrou em ação o Grupo de Estudos Multidisciplinares de Salto Caxias (GEM-CX), instituído como um órgão mediador entre todas as instituições: CRABI, COSACA, Copel, sindicatos e qualquer pessoa, órgão ou instituição que se achasse no direito de participar das discussões sobre a UHE Salto Caxias.

O GEM-CX COMO INSTITUIÇÃO INTERMEDIADORA DOS CONFLITOS EM SALTO CAXIAS.

Diante da pressão da CRABI, das diversas relações conflituosas que emergiam na região de Salto Caxias e da decisão do Governo do Estado do Paraná de realizar a construção da Hidrelétrica o mais rápido possível, a Copel propôs a criação de uma instituição multidisciplinar com o objetivo de agregar os diversos setores envolvidos nos conflitos ou

² As datas referentes a esses acontecimentos de embargo à obra estão presente nas falas daqueles que participaram desses embates e são também citadas por Schreiner (2002).

que nutriam algum interesse relacionado à UHE Salto Caxias. Neste sentido, no dia 24 de junho de 1993, na cidade de Capitão Leônidas Marques, foi criado o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, o GEM-CX.

A discussão em torno dessa instituição se iniciou por conta da impossibilidade de diálogo decorrente de todos os conflitos expostos acima. Segundo a Copel, a constituição deste órgão fez esta Companhia se tornar referência no país em termos do trato com a legislação ambiental e dos programas de compensação dos impactos causado pela UHE Salto Caxias. Além disso, o poder que o GEM-CX exerceu na amenização dos conflitos serviu de modelo para os demais projetos hidrelétricos nacionais.

Quando o assunto é meio ambiente, a Copel, devido ao seu pioneirismo nesta área, é uma **referência** e uma **autoridade** para outras concessionárias de geração de energia no Brasil e no resto do mundo [...]. A Usina Hidrelétrica de Salto Caxias é o **primeiro projeto**, no setor brasileiro de energia elétrica, construído através dos mais modernos padrões ambientais, passando por **todos** os estágios do processo de licenciamento de acordo com a legislação [...]. Foi formado um grupo de estudos multidisciplinares, o Gem-CX, com a participação de 150 entidades ambientais, educacionais, religiosas, sindicatos rurais, comunidades atingidas e autoridades municipais, estaduais e federais. O objetivo foi a discussão e a aprovação, de forma mais ampla e transparente, de todas as ações a serem implementadas (COPEL, 2006. Grifo no original).

Neste discurso o que destacamos é a afirmação de que o GEM-CX foi criado pela Copel para discutir e aprovar as ações a serem implantadas pela própria empresa, ao nos lembrarmos de Guattari & Rolnik (2005, p. 55-56) e sua formulação sobre os processos mecanizados que as empresas, em pleno exercício do capitalismo, utilizam para restabelecer e ressignificar as formas de resistência e revolução representadas por movimentos populares contrários à ordem vigente.

As intervenções da CRABI no canteiro de obras e as divergências entre o movimento social e as prefeituras e o comércio levaram a Copel, que, no fundo, era a causa dessas divisões quanto à construção da usina, a propor outra instituição, que, segundo seu discurso, seria capaz de estabelecer a ordem e a “transparência” nas questões relacionadas à indenização e aos projetos de amenização dos impactos ambientais.

Neste sentido, o GEM-CX passou a ter um poder instituído para “diálogos” no sentido claro de atender a todas as categorias de atingidos. Novas relações se estabeleceram a partir da criação deste órgão e novos atores se inseriram nas discussões, devido à abertura que o próprio regimento interno possibilitou:

Fazem parte do GEM-CX, com direito a voto, a COPEL, todas as Secretarias de Estado do Paraná e entidades vinculadas, Sindicatos Rurais e dos Trabalhadores, instituições científicas e de pesquisa, sociedades ambientais, comissões e associações de moradores e Prefeituras Municipais, convidados pela COPEL e/ou que ao GEM-CX aderirem oficialmente (GRUPO..., 1993).

Neste “leque” de possibilidades parece que a Copel buscava certa parcialidade nas discussões. Além disso, poderia legitimar a continuidade das obras, tendo-se em vista que as reivindicações estavam sendo discutidas, avaliadas e aprovadas por um conselho deliberativo e executivo que tinha o aval tanto da própria Copel quanto dos atingidos e de todos os que se achassem no direito de fazer parte do GEM-CX. Segundo seu regimento interno, todos os membros tinham direito a fala e voto; entretanto, na composição do GEM-CX, a autoridade, o planejamento, a deliberação, a execução e todo o poder de mando ainda permaneciam com a Copel, pois pela estrutura organizacional estipulada no regimento interno, os órgãos Coordenação Geral e Secretaria Executiva eram sempre coordenados por representantes diretos da Empresa. A carga dos demais representantes ficavam as cinco câmaras técnicas, que por sua vez se dividiam em grupos de trabalho.³

Sendo assim, para aqueles que sofreriam algum tipo de impacto advindo da construção da barragem era imprescindível uma cadeira neste órgão, pois o GEM-CX passou a ser deliberativo e executivo no trato com as questões relacionadas aos impactos da UHE Salto Caxias. Os objetivos deste órgão iam da análise dos estudos de impactos ambientais (EIA) até a inserção de novos programas de compensação que seriam estabelecidos no Projeto Básico Ambiental (PBA).⁴

³ Sobre a abrangência e o funcionamento das Câmaras Técnicas e dos Grupos de Trabalho do GEM-CX, ver Wunder (2003).

⁴ Sobre legislação ambiental, processo de licenciamento ambiental no Brasil e a constituição dos Estudos de Impacto Ambiental, ver Karpinski (2008).

Com esse discurso a Copel tentava estabelecer certa democratização das políticas que iriam ser adotadas a partir das discussões do GEM-CX. Não obstante, no processo de contato e convencimento das entidades, principalmente da CRABI, houve vários embates e a negociação sobre o remanejamento da população atingida foi intensa durante o segundo semestre de 1993. O primeiro documento formal entre a Copel e os atingidos foi o denominado “Princípios, Diretrizes e critérios para o remanejamento da População Atingida” assinado pela Empresa no dia 20 de agosto de 1993, no município de Três Barras do Paraná. Este documento, que foi registrado em cartório, estabelecia as possibilidades de indenização bem como os prazos para a retirada dos proprietários atingidos, para o avanço das obras. Entretanto, alguns desses princípios não condiziam com aquilo que eses proprietários acreditavam ser justo, e este foi um dos motivos para a ocupação do canteiro de obras.

Enquanto as ações da CRABI se intensificavam no canteiro de obras e na organização daqueles que seriam diretamente atingidos, suas lideranças elaboraram outra proposta, que, segundo a CRABI, refletia os anseios dos atingidos e não os da Copel. Este documento foi assinado no dia 18 de setembro de 1993 e entregue à Empresa sob o título de “Proposta dos atingidos pela Barragem de Salto Caxias”, cujo conteúdo, de 13 itens, estabeleceu as condições para que os atingidos aceitassem negociar.

Desse modo a Copel adicionou as reivindicações contidas na proposta dos atingidos aos “Princípios, diretrizes e critérios para o remanejamento da população atingida” e, juntamente com as solicitações dos outros segmentos da sociedade, elaborou um “Termo de Compromisso”. Destinado a controlar os conflitos nos canteiros da obra, este documento demonstra que a Copel “aceitou” as reivindicações da CRABI, e no dia 07 de outubro de 1993 ele foi assinado e registrado no município de Cascavel.⁵

A partir do momento que a Copel assinou este documento o GEM-CX passou a ser o órgão que responsável por que os compromissos firmados fossem cumpridos por ambas as partes, já que o termo de compromisso foi firmado entre a Copel e as entidades Comissão Parlamentar, COSACA, CRABI, SRO e o Sindicato dos

⁵ Os três documentos citados acima estão anexados no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da UHE Salto Caxias.

Trabalhadores Rurais de Boa Vista da Aparecida. Neste documento a Copel se obrigava a efetuar as reivindicações das entidades, e estas, por sua vez, comprometiam-se a “garantir a não interferência dos seus associados na execução das obras da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias” (INTERTECHNE, 1993, p.3).

É necessário destacar que num curto período de tempo instituições são criadas, explodem conflitos e estes se resolvem. A intensidade dos acontecimentos ocorridos durante o segundo semestre de 1993 e o curto espaço de tempo gasto na resolução dos problemas são dignos de nota. Num período de menos de seis meses piquetes foram queimados (abr. 1993), o GEM-CX foi formado (jul. 1993), o canteiro de obras foi ocupado (ago. 1993), os atingidos entregaram a primeira proposta à Copel (set. 1993) e foi assinado o termo de compromisso entre a Copel e os diversos segmentos de atingidos de Salto Caxias (out. 1993). Além disso, lembramos que no dia 16 de dezembro de 1993 o estudo de impacto ambiental (EIA) da UHE Salto Caxias foi aprovado pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e a obra recebeu a Licença Prévia (LP) n.º 953/93, que autorizou a construção da hidrelétrica.

A ocorrência de todos estes fatos confirma a intenção da Empresa de resolver o mais rápido possível os problemas para que as obras pudessem iniciar-se. Entendemos que a partir do momento em que as obras se iniciam os ânimos podem se acalmar, causando sentimentos de impotência diante do inevitável. E assim se fez, pois com a assinatura do termo de compromisso, o GEM-CX assumiu a responsabilidade de discutir as ações junto aos atingidos, enquanto a Empresa iniciou, em 1994, as obras de construção no município de Capitão Leônidas Marques.

Após a assinatura do Termo de Compromisso, as discussões entre a liderança da CRABI e a coordenação do GEM-CX mudaram de rumo. As discussões sobre aquele espaço historicamente constituído que constituíram as questões das primeiras reuniões entre os atingidos deram lugar às reivindicações de cunho financeiro. A CRABI passou a exigir um reassentamento que proporcionasse melhor condição de vida aos moradores expropriados, mas, muitos ainda não aceitavam essa forma de indenização, por não quererem sair da região e migrar para um reassentamento fora dos limites de seus municípios de origem. Estes atingidos passaram a não se sentir mais como membros da CRABI e esta condição também influenciou as decisões dos atingidos de Salto Caxias. Aqueles que não queriam sair de suas localidades não se sentiram inclusos nos objetivos do movimento e optaram pela carta de crédito, sofrendo

até mesmo pressões e críticas dos que queriam a união de todos pelo reassentamento.⁶

Nas atas do GEM-CX algumas citações nos fornecem dados interessantes para se pensarem as relações de poder instauradas no interior dessas decisões, especialmente as discussões sobre outro movimento social que surgiu depois da assinatura do Termo de Compromisso, o chamado Movimento dos Atingidos pela Barragem Elétrica de Salto Caxias (MABESC). Esse foi um dos motivos pelos quais a coordenação do GEM-CX convocou a Terceira Assembleia Geral, realizada no dia 28 de novembro de 1997 no auditório da usina, no município de Capitão Leônidas Marques.

Conforme a ata da Assembleia Geral n.º 03 do GEM-CX, o MABESC foi criado em 1997 e reivindicava uma revisão nos critérios de seleção dos programas de reassentamento, os quais não haviam levado em conta mais de 400 casos de proprietários que tinham direito a indenização. Não se sabe ao certo quais foram as relações entre os sujeitos pelas quais se promoveu a criação deste novo movimento social e até o momento não encontramos fontes que estabelecessem a historicidade destes fatos, mas só a existência do MABESC já nos possibilita perceber a ocorrência de muitos conflitos advindos nas disputas de interesses. Seguindo os acontecimentos narrados na ata citada, percebemos que as relações já estavam definidas, ante a legitimidade das entidades que faziam parte do GEM-CX. Neste sentido, o MABESC não fazia parte do grupo legítimo para reivindicar tal procedimento e por isso o GEM-CX se negou a atender seu pedido. Além da Copel, outras lideranças também se posicionaram contra o MABESC.

No discurso do deputado estadual Irineu Colombo, do Partido dos Trabalhadores, encontramos um elogio à Copel e um discurso que deslegitimava o MABESC. Com base na ata, esse deputado

ressaltou que os programas ambientais implantados pela COPEL na UH Salto Caxias são exemplo de qualidade em todo o Brasil, sendo que a estrutura do GEM-CX, no Estado do Paraná, deve ser adotada em todas as obras que resultem em

⁶ A carta de crédito era a possibilidade de as famílias escolherem, em vez do reassentamento, indenização em moeda corrente. Essas duas formas de indenização foram apresentadas durante o processo de resistência e discussão sobre as formas possíveis de indenização.

impactos ambientais salutar, garantindo desta forma o espaço de discussão legítimo e garantindo a participação da sociedade civil organizada e a transparência na realização e na tomada de decisões quando da discussão e implantação dos programas ambientais. Sobre o Movimento dos Atingidos pela Barragem Elétrica de Salto Caxias – MABESC, o Deputado mostrou-se contrário a este movimento, por entender que os critérios de definição do público de reassentamento e indenizações foram intensamente discutidos nos grupos de trabalho do GEM-CX, tomando o MABESC por oportunista e sem legitimidade para representar os atingidos (in WUNDER, 2003, p. 109-113).

A inscrição deste discurso na ata deixa transparecer que no ano de 1997 as relações já estavam estabelecidas no GEM-CX, pois a sugestão de não legitimidade do MABESC presente no discurso do deputado e inscrito na ata pode ser questionável devido às 400 famílias que ele abrigava. Em nosso entendimento, o que poderia ser discutido era se essas famílias tinham ou não o direito de receber indenizações ou de constar nos programas de reassentamento. Com o não atendimento de suas reivindicações ficou definido que a CRABI era a única instituição legítima para pleitear ações no GEM-CX. Isso se reforça na manifestação do senhor Domingos Antonio Signorini que:

relembrou a luta dos atingidos e das instituições que apoiavam a conquista de seus direitos, que agora não cabe mais reivindicações para discutir critérios como quer o MABESC. Solicitou a revisão de alguns casos para serem atendidos pelo programa de compensação ao comércio (in WUNDER, 2003, p. 109-113).

Percebemos no discurso de Signorini que ele não questiona a legitimidade do MABESC, mas sugere que no momento não cabiam mais reivindicações. As entidades já tinham se comprometido com a Copel e no momento deste compromisso se cristalizaram as discussões e não cabiam mais mudanças.

Na ata consta ainda o discurso do senhor Hélio Bruning, uma das lideranças da CRABI, sobre a questão que o MABESC estava levantando:

Teceu comentários ao MABESC, dizendo que este movimento não possui legitimidade para representar os atingidos e lembrou que, com o bom andamento do programa de reassentamento, ficou provado que os agricultores têm capacidade para

gerenciar a construção e levar adiante a administração dos reassentamentos (in WUNDER, 2003, p. 109-113).

É bom lembrar que no ano de 1997 a maior parte dos atingidos já havia se deslocado para os reassentamentos e a CRABI estava preocupada com a política a ser seguida no interior destes assentamentos. Sendo assim, o espaço não era mais propício para a discussão que o MABESC estava levantando. Além do mais, para os líderes da CRABI, esse movimento não possuía legitimidade para tanto.

Diante destas manifestações, o superintendente da Copel e presidente do GEM-CX, Ademar Cury, estabeleceu a posição da Empresa sobre as reivindicações do MABESC: “caracterizou o movimento como oportunista e não legitimado pelo GEM-CX para apresentar-se frente à COPEL como representante dos atingidos pela UH Salto Caxias” (in WUNDER, 2003, p. 109-113).

Para este momento é importante perceber certas cumplicidades nas relações ocorridas no interior do GEM-CX. A partir do momento em que a Copel e a CRABI estabeleceram relações de interlocução nas lutas e exigências dos atingidos pela barragem ocorreu um entrecruzamento dos interesses de ambas as instituições que se refletiu em relações de parceira. Em 1997 a CRABI era uma parceira da Copel dentro do GEM-CX, e o não reconhecimento da legitimidade do MABESC deslinda esta cumplicidade, porém o inverso aconteceu com aqueles que ficaram às margens do reservatório, principalmente os denominados “indiretamente” atingidos. Após a inundação e a saída em massa da população para os reassentamentos ou para outras localidades, os conflitos convergiram para outra direção. Enquanto a Copel e a CRABI se tornavam conhecidas pelo sucesso dos reassentamentos da UHE Salto Caxias, os moradores que permaneceram nas cidades atingidas começaram a se organizar no sentido de denunciar as “falsas promessas” da Copel e chamar a atenção para os problemas que enfrentavam os moradores das cidades lindeiras ao reservatório de Salto Caxias.

BARRAGEM ERGUIDA, REPRESA FORMADA: A AUSÊNCIA DOS AMIGOS E A REVOLTA DAQUELES QUE FICARAM

O caudaloso Rio Iguaçu, com suas cachoeiras, quedas e saltos, deu lugar a um “manso mar” de água doce e parada, mas a calma destas águas mais agitava do que acalmava os sentimentos dos moradores:

sentimentos de perda, de saudade, de angústia diante da realidade de que “nada mais havia para fazer”. O lago era uma realidade, a usina já produzia eletricidade e os habitantes que antes estavam sempre naqueles arredores estavam em outros lugares.⁷

O discurso da Copel nos primeiros anos após a instalação da usina era de desenvolvimento de programas de aproveitamento do reservatório, de turismo e de crescimento econômico; entretanto, nas casas, nas bodegas, nas capelas e nas ruas as conversas divergiam muito daquilo que a Copel queria mostrar para a sociedade. Nos primeiros anos após a inundação a população buscava se acostumar com a ausência dos amigos e com o novo território imposto pelo alagamento.

Se para a população que migrou para o reassentamento o desafio era continuar a vida coletiva, para os que permaneceram era, primeiramente, denunciar os fatos ocorridos durante a construção da usina. Se para os reassentados as lembranças se relacionavam mais ao meio ambiente, às saudades daquele espaço em que antes moravam e às lutas travadas contra o empreendimento nos primeiros anos dos 1990, para os que ficaram a luta parecia estar começando, pois somente neste “depois” percebiam quanto tinham perdido com a construção da usina. As entrevistas dadas por aqueles que não migraram nos mostram fatos importantes na trajetória dos que são tecnicamente estabelecidos como “indiretamente” atingidos por um grande projeto governamental. No momento em que respondiam ao questionário desta pesquisa suas mãos tremiam, sua voz embargava e não foram poucas as lágrimas daqueles que relatavam o que estava acontecendo nas cidades depois que a usina ficara pronta. O fio que conduz as várias entrevistas feitas nos municípios da região foi o das lembranças do povo que foi embora e das promessas de desenvolvimento da região. Estas questões estão bem representadas nos fragmentos escritos pelos moradores que permaneceram.

Só ficaram as promessas e o povo foi embora (BETE, 2001).

O povo dos 9 municípios impactados estão descapitalizados, desmotivados e ainda não viram uma luz real para a saída, tivemos muitas promessas (MALLACARNE, 2001).

⁷ Aqueles que foram reassentados estavam alocados em outros municípios, como Cascavel, Catanduvas e Ibema, todos pertencentes à região Oeste do Paraná, mas distantes das cidades de origem. Não encontramos até o momento um levantamento oficial sobre o paradeiro daqueles que receberam a carta de crédito, mas nas visitas à região de Salto Caxias soubemos que muitos adquiriram propriedades nas proximidades da antiga moradia, porém, nem sempre no mesmo município.

Com esses relatos podemos perceber alguns acontecimentos ligados aos que permaneceram nas cidades lindeiras. São pequenos indícios de revolta e do que sentiram diante da realidade que a hidrelétrica lhes impôs. O esvaziamento das cidades, a descapitalização dos habitantes e as notícias do sucesso do reassentamento passaram a constituir novos sujeitos nesse processo: aqueles que ficaram.

O discurso do “desenvolvimento econômico” foi o principal argumento do Governo do Estado no *marketing* da hidrelétrica, a qual contribuiria para o processo de modernização que traria riqueza aos moradores da região. Aliado a este discurso, o Governo arrumou estradas, pavimentou rodovias, construiu inúmeras benfeitorias nas cidades, como ginásios de esportes, escolas, obras de saneamento e de eletrificação. Todas essas ações davam a impressão de que realmente o progresso tinha chegado às pequenas cidades atingidas pelos reservatórios, mas com o passar do tempo e o término da construção da usina as coisas começaram a mudar e o “desenvolvimento” gerado pela usina não era compatível com as perdas que a população sentia. Segundo Júlio Cezar Gomes, morador de Boa Vista da Aparecida,

A hidrelétrica não contribuiu para o desenvolvimento da região porque levou boa parte de nossa população e também alagou áreas de ótima qualidade e contribuiu muito pouco para a melhoria dos municípios (GOMES, 2001).

Nas reuniões entre os superintendentes da Copel e os comerciantes das cidades que seriam atingidas pelo reservatório os relatos dão conta de que os representantes da Empresa insistiam em que os próprios moradores da região investissem mais no comércio e nas indústrias, pois a presença da hidrelétrica proporcionaria aumento de riquezas na região. Os comerciantes, ao sair dessas reuniões, sentiam-se motivados a aumentar suas casas de comércio, achando que aquele era o momento certo de investir. Foi o que nos relatou Alberoni L. Dias de Oliveira:

Não tenho nada contra a UHE Salto Caxias, mas sim com o abuso cometido por parte deles com as promessas enganosas para o povo dessa cidade. Pediram investimento em nossos comércios e no dia de hoje não temos como sustentá-los (OLIVEIRA, 2001).

A situação de outro comerciante também é significativa neste sentido. Ulisses Turatto percebeu a “oportunidade” de investir na cidade e, segundo ele, nunca houvera um tempo tão propício para utilizar suas economias na pequena cidade de Boa Vista da Aparecida. O sentimento de fracasso era visível quando nos confessava sua experiência:

Tinha 40 alqueires, me preveni, fiz prédios, investi na cidade por causa das promessas de que era bom. Perdi fregueses que foram para o reassentamento em outras cidades. Hoje não tenho nem a metade do que tinha antes (TURATTO, 2001).

Como vimos anteriormente, o apoio dos comerciantes à implantação da hidrelétrica foi uma das causas dos conflitos com o movimento social que lutava contra a barragem, pois os interesses divergiam drasticamente. A partir destas e outras divergências se desencadearam as relações tão críticas entre os comerciantes e a CRABI. Para as lideranças da CRABI, o “pessoal do comércio” era ganancioso e só pensava no dinheiro, mas é preciso notar que o processo se deu de diversas formas e em temporalidades múltiplas. Se num primeiro momento as relações entre a Copel, o comércio e as prefeituras tinham características de parceria e as relações entre CRABI e COPEL eram de embates, neste último momento acontecia o contrário: depois da construção, foram os comerciantes e as prefeituras que se voltaram contra a Empresa, enquanto as ações da CRABI não se davam mais neste sentido, conforme os relatos das atas do GEM-CX.

O que percebemos até aqui é que a construção desta hidrelétrica modificou o cotidiano dos habitantes daquela região, tanto o dos que migraram quanto o dos que permaneceram nas cidades atingidas pelo reservatório. Durante as entrevistas realizadas no ano de 2001, dois anos após a inauguração da hidrelétrica, percebemos que as ações de amenização não conseguiram compensar os impactos sociais e culturais causados aos moradores daquela região. Os sentimentos de perda relacionados ao meio ambiente e às histórias de vida constituídas naquele espaço geralmente foram narrados com tristeza e saudosismo.

Em Karpinski (2006) há o relato de uma prática costumeira entre os habitantes que permaneceram nas localidades que margeiam o reservatório da UHE Salto Caxias. Lá, quando as águas do reservatório estavam límpidas, alguns moradores pegavam suas canoas e iam até os locais onde haviam morado, na esperança de enxergar algum resquício do que antes ali tiveram; e quando conseguiam avistar no fundo do

reservatório as casas e as capelas, eles voltavam para suas “novas moradias” satisfeitos, com a sensação de que haviam “matado a saudade”. Esse “matar a saudade” está intimamente ligado àqueles que ficaram nas cidades atingidas. É um continuar da vida por meio da lembrança despertada por algum símbolo do passado que estava sob as águas.

Essa narrativa demonstra como a memória dos sujeitos que permaneceram às margens do reservatório da UHE Salto Caxias está permeada de símbolos e representações de um passado circunscrito a uma vivência que tem suas referências no rio antes de ser represado. Estas narrativas de memórias não emergem com objetivos melancólicos ou românticos de uma simples narração de dor ou de sentimento de perda de um espaço que não se tem mais, mas como um processo de resistência e ressignificação ao “novo” território imposto pelo alagamento.

Por mais que o discurso oficial aponte a UHE Salto Caxias como a primeira hidrelétrica brasileira a cumprir toda a legislação ambiental; por mais que a Copel divulgue o pioneirismo deste empreendimento no trato com o meio ambiente e com a população e mesmo que concordemos que esta hidrelétrica tenha se distinguido das demais nestes fatores, não podemos deixar de lançar outro olhar sobre essas e outras questões, pois, como sugere Dias (1998), o conhecimento histórico se constrói na medida do diálogo estabelecido entre historiador e fragmentos do passado, e vai se ampliando à medida que aquele diversifica suas questões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa buscamos compreender as diversas temporalidades que se fizeram presentes na construção da UHE Salto Caxias; não apenas o antes, o durante e o depois da implantação, mas também o tempo da memória, inscrito nas narrativas daqueles que estiveram envolvidos no processo. Nestes diversos tempos nos deparamos com uma pluralidade de interesses, de estratégias, de táticas de resistência e de poderes. Além disso, percebemos que as relações das pessoas com determinados espaços possibilitam a inscrição de outros aspectos nas análises sobre os atingidos por barragens. As questões subjetivas, as memórias ligadas ao rio ou às relações entre os moradores não entram na objetividade material do preço de suas casas e propriedades. Um fator que até então não era levado em conta, até

mesmo pelos próprios atingidos, passou a agregar o conteúdo de lutas: as relações históricas entre o ser humano e o meio ambiente.

As narrativas dos membros da CRABI nos possibilitaram olhar para os sentimentos vividos pelos moradores antes mesmo de a hidrelétrica começar a ser construída. Os relatos dos comerciantes e daqueles que permaneceram nas cidades atingidas nos forneceram os subsídios necessários para afirmar que os conceitos *a priori* estabelecidos sobre desenvolvimento e crescimento econômico, que faziam parte do discurso nos primeiros anos das obras, não chegaram a acontecer nas cidades atingidas.

Diante de tudo o que foi exposto no decorrer deste artigo, interpretamos os vários processos, formas e modos de resistência dos quais os empreendedores e a população local se utilizaram para defender seus interesses, mas uma parcela significativa de atingidos afirmou ter piorado sua situação de vida depois do término das construções da barragem. Isto demonstra que a história do processo de implantação desta hidrelétrica pode tornar questionável o sucesso divulgado pela empreendedora. Por mais que a UHE Salto Caxias seja considerada modelo nacional de lidar com o meio ambiente, a tecnologia e indenizações, algumas questões devem ser reavaliadas, principalmente o trato com a população que não migrou e permaneceu às margens do reservatório.

REFERÊNCIAS

BETE, Luiz Carlos. *Entrevista concedida a Cezar Karpinski*. Boa Vista da Aparecida, 21 jun. 2001.

CAMILO, José Uliano. *Entrevista concedida a Cezar Karpinski*. Cascavel, 14 jul. 2001.

COPEL. COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA. *Iniciativas ambientais*. Disponível: <http://www.copel.com/pagcopel.nsf/docsap/980F1648A92B5E9E03256B7A00697BA5?OpenDocument>. Acessado em 10 nov. 2006.

COPEL. COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA. Termo de compromisso firmado entre a Copel e a Comissão Parlamentar, COSACA, CRABI, SRO, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Vista da Aparecida, estes representantes da população atingida pelas obras da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. In. INTERTECHNE; LEME; ENGEVIX; ESTEIO. *Relatório de impacto ambiental*. Curitiba: Intertechne, 1993.

CPT. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Destques do nosso trabalho: CRABI - Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu*. Disponível em: <http://www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=187&eid=131>. Acessado em 09 nov. 2006.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. *Projeto História*. São Paulo, n. 17, p. 223-258, 1998.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. 7a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 21a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

GOMES, Júlio Cezar. *Entrevista concedida a Cezar Karpinski*. Boa Vista da Aparecida, 21 jun. 2001.

GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA USINA HIDRELÉTRICA DE SALTO CAXIAS – GEM-CX. *Regimento Interno*. [s.l]: [s.d], 1993.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 7a. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

INTERTECHNE; LEME; ENGEVIX; ESTEIO. *Relatório de impacto ambiental*. Curitiba: Intertechne, 1993.

KARPINSKI, Cezar. A roça, o rio e a barragem: a história de luta dos trabalhadores atingidos pela Usina Hidrelétrica de Salto Caxias (Região Oeste e Sudoeste do Paraná, 1990). In. *Anais Eletrônicos do XI Encontro Estadual de História: Mídia e Cidadania*. Florianópolis: UFSC, 2006.

KARPINSKI, Cezar. Hidrelétricas e legislação ambiental brasileira nas décadas de 1980-90. *Percursos*. Florianópolis, v.9. n.2, 2008, p.71-84. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/viewFile/1557/1463>.

KARPINSKI, Cezar. *Sobre as águas a memória: relações de poder e subjetividades durante a implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias* (Paraná, 1989-2001). 142 f. Florianópolis, 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PHST0286.pdf>.

LIBERA, Severino Della. *Entrevista concedida a Davi Schreiner*. Cascavel, 12 jan. 1999.

MALLACARNE, Assis. *Entrevista concedida a Cezar Karpinski*. Boa Vista da Aparecida, 21 jun. 2001.

NUNES, Margaret Maran. *Entrevista concedida a Davi Félix Schreiner*. Cascavel, 26 fev. 2000.

OLIVEIRA, Alberoni L. Dias de. *Entrevista concedida a Cezar Karpinski*. Boa Vista da Aparecida, 21 mar. 2001.

SCHREINER, Davi Félix. *Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais* (Regiões Oeste e Sudoeste do Paraná). 461 f. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-18092006-095851/>.

SIGNORINI, Domingos Antonio. *Entrevista concedida a Cezar Karpinski*. Boa Vista da Aparecida, 21 jun. 2001.

TURATTO, Ulisses. *Entrevista concedida a Cezar Karpinski*. Boa Vista da Aparecida, 21 jun. 2001.

WUNDER, Roni. *O grupo de estudos multidisciplinares da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias: uma avaliação institucional do setor elétrico brasileiro e da legislação ambiental no Brasil*. 128 f. Curitiba, 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia das Organizações). Universidade Federal do Paraná.

